

Fim do recesso

Congresso Nacional

Chega ao seu final, na quarta-feira desta semana, o recesso legislativo e instalam-se, no dia 1º de março, os trabalhos deste ano político no Congresso Nacional, sob o signo da sucessão presidencial. No primeiro dia mesmo de sua instalação, o Parlamento viverá os termos da mensagem do Presidente da República, que tradicionalmente inaugura a sessão legislativa. E que, por todas as razões, será aguardada com mais expectativas do que todas as remetidas até hoje pelo presidente Figueiredo.

O recesso que chega ao fim terá sido um dos mais movimentados desde 1964, com a campanha das eleições diretas nas ruas, de um lado e os acontecimentos produzidos no seio do PDS, de outro, com a oficialização de quatro candidaturas que a cada dia ganham maior dinâmica, aumentando, de muito, a intensidade do debate político nacional.

E de se esperar que os membros do Congresso Nacional, com as energias retemperadas pelo recesso e embalados pelo processo da sucessão presidencial, retomem o trabalho do Legislativo em consciência completa das altas responsabilidades que pesam este ano sobre o Congresso Nacional, neste que é o último ano do Governo Figueiredo.

Crises políticas e tensões so-

ciais são, de modo geral, ingredientes habituais da pauta de um Parlamento livre, num regime de abertura democrática. Só nas fases de autoritarismo ou nos regimes essencialmente totalitários é que os Parlamentos não têm de lidar com problemas dessa natureza. Numa democracia aberta, como a do presidente Figueiredo, os temas explosivos e geradores de emoções estão permanentemente sob as vistas dos legisladores, para a sua escolha e decisão.

A função básica do Congresso, numa democracia representativa assente sobre partidos políticos independentes, que se debatam os problemas da Nação e se aperfeiçoem as suas leis e seus mecanismos institucionais, para a defesa constante dos direitos dos cidadãos, da comunidade social e do Estado.

Mais uma vez será o Congresso Nacional chamado a encontrar soluções a indagações e propostas da sociedade brasileira na atualidade. Sobre a pauta, dentre outros assuntos, a emenda constitucional que restabelece as eleições diretas para a Presidência da República. O projeto de lei que deverá chegar ao Parlamento reformando a Previdência Social. O Código Civil. As prerrogativas do Congresso e as imunidades parlamentares, assuntos permanentemente em pauta de discussão.

São matérias de interesse geral,

algumas polêmicas, outras apaixonantes divisores de águas dentro da opinião pública nacional. A todas terá o Congresso Nacional de dar andamento e encontrar soluções, sem perder de vista que o essencial num Legislativo livre e democrático é o espírito de concórdia, de busca de soluções que somem em vez de dividir e que possam oferecer à sociedade leis justas e estáveis, porque baseadas no consenso.

Certamente a sucessão presidencial, a questão política mais importante do momento, tem a sua própria carga de dramaticidade, que remonta aos albores da República. Mas cada processo é distinto do outro e neste que escolhe o sucessor do presidente Figueiredo — o Presidente da abertura — o Congresso tem altas responsabilidades, seja como integrante majoritário do Colégio Eleitoral, seja como juiz de um projeto de emenda que visa, precisamente, a extinguir esse colegiado.

No ano passado, o primeiro de funcionamento da legislatura eleita em 1982, o Congresso Nacional revelou talentos e capacidade política e legislativa. E de se desejar que em 1984, ainda mais que no ano anterior, essas virtudes sejam cultivadas ao máximo para oferecer respostas adequadas às indagações da nacionalidade.